

LEI COMPLEMENTAR 174/2020

(PERMITE AO GOVERNO FEDERAL PARCELAR DÉBITOS FISCAIS DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS ENQUADRADAS NO SIMPLES NACIONAL)

Foi publicada no DOU de 06 de agosto a Lei Complementar 174, de 2020, que permite ao governo federal parcelar débitos fiscais das pequenas e microempresas enquadradas no Simples Nacional. Poderão ser negociadas as dívidas com a União em fase de cobrança administrativa, já inscritas na dívida ativa e em cobrança judicial. As novas regras têm como objetivo ajudar pequenos empreendimentos afetados pela pandemia de covid-19.

O texto também estende o prazo de adesão ao Simples para novas empresas, que terão 180 dias para fazer a adesão, a contar da data de abertura.

Além disso, a nova lei estende às empresas sob o regime de tributação Simples Nacional os benefícios da Lei do Contribuinte Legal (Lei 13.988, de 2020): descontos de até 70% sobre multas, juros e encargos e prazo de até 145 meses para pagamento do débito. Já as firmas maiores podem ter desconto de até 50% e prazo de até 84 meses. A Lei do Contribuinte Legal só não se aplica aos débitos de ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal), cuja cobrança esteja a cargo de estados e municípios em razão de convênio com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

➤ **Segue a íntegra do texto:**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/08/2020 | Edição: 150 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio, e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.

Art. 2º Os créditos da Fazenda Pública apurados na forma do Simples Nacional, instituído pela [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), em fase de contencioso administrativo ou judicial ou inscritos em dívida ativa poderão ser extintos mediante transação resolutiva de litígio, nos termos do [art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966](#) (Código Tributário Nacional).

Parágrafo único. Na hipótese do **caput** deste artigo, a transação será celebrada nos termos da [Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020](#), ressalvada a hipótese prevista no [§ 3º do art. 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

Art. 3º A transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública não caracteriza renúncia de receita para fins do disposto no [art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Art. 4º As microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2020 poderão fazer a opção pelo Simples Nacional, prevista no [art. 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de abertura constante do CNPJ.

§ 1º A opção prevista no **caput** deste artigo:

I - deverá observar o prazo de até 30 (trinta) dias, contado do último deferimento de inscrição, seja ela a municipal, seja, caso exigível, a estadual; e

II - não afastará as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 2º O disposto neste artigo será regulamentado por resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS
BOLSONARO**

*André Luiz de
Almeida Mendonça
Paulo Guedes*

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

REFERÊNCIAS:

- Agência Senado
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/06/pequenas-e-microempresas-poderao-ter-dividas-com-a-uniao-parceladas>
- <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-complementar-n-174-de-5-de-agosto-de-2020-270712421>